

EDUARDO BOLSONARO COMO ALVO ESTRATÉGICO: QUANDO A CRISE INSTITUCIONAL TRANSFORMA OPOSIÇÃO EM INIMIGO INTERNO

Eduardo Bolsonaro voltou a ser colocado no centro da disputa política. A decisão da presidência da Câmara de barrar sua indicação como líder da minoria não pode ser tratada como um ato isolado ou meramente regimental. É parte de um movimento maior que expõe como a crise institucional do Brasil está sendo administrada: quem representa risco ao regime precisa ser neutralizado.

O argumento apresentado para rejeitar a escolha do PL se apoia em tecnicidades regimentais. Fala-se em ausências não justificadas, em falta de comunicação formal à Casa, em descumprimento de deveres funcionais. Mas qualquer observador minimamente atento sabe que o problema não está nas faltas de Eduardo, e sim na sua condição de adversário direto da ordem que hoje se consolidou entre Congresso e Judiciário. A seletividade é evidente: situações semelhantes envolvendo outros parlamentares jamais ganharam esse peso político.

Eduardo representa uma minoria que incomoda porque não se ajusta ao papel decorativo que querem impor à oposição. Sua indicação à liderança tinha um significado político claro: dar voz a um setor que não aceita o pacto em vigor, nem a criminalização de posições contrárias ao regime. Ao impedir que ele exerça essa função, a Câmara envia um recado direto — a oposição pode existir, desde que domesticada.

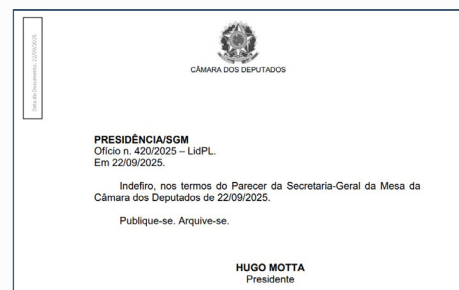
O momento em que a decisão é tomada não é acidental. Ela ocorre logo após o endurecimento das tensões com o STF em torno da anistia e no mesmo período em que sanções internacionais passaram a atingir ministros e familiares ligados ao tribunal. Enquanto o sistema fecha fileiras para proteger seus próprios integrantes, Eduardo é punido por simbolizar uma militância que denuncia esse alinhamento e busca respaldo em instâncias externas. É nesse ponto que o caso ultrapassa o regimento e ganha caráter estratégico: trata-se de neutralizar uma peça que poderia desequilibrar o tabuleiro de poder.

É preciso observar o cenário real. Um deputado eleito, com legitimidade dada pelas urnas, é ameaçado de cassação não por corrupção, não por quebra de decoro em favor próprio, mas por ausência formal em sessões. A mesma Câmara que sempre conviveu com licenças prolongadas e ausências reiteradas agora descobre um zelo repentino pelas regras, mas apenas quando se trata de alguém que confronta a engrenagem.

O sistema opera como se estivesse em estado de autodefesa permanente. A cada movimento de contestação, a resposta é endurecer o cerco. Isso mostra que a oposição está sendo tratada como inimigo interno. Se o regime precisa afastar ou cassar parlamentares para preservar sua estabilidade, já não falamos em democracia funcional, mas em administração do dissenso por meio da exclusão.

O caso mostra, mais uma vez, que a crise institucional brasileira não é episódica, mas estrutural. A linha que separa regras técnicas de perseguição política foi apagada. E o alvo da vez é Eduardo Bolsonaro, justamente porque sua presença incomoda, sua liderança ameaça e sua resistência expõe o quanto o sistema precisa sufocar vozes contrárias para sobreviver.

- **Liderança vetada:** A recusa da Câmara em aceitar Eduardo como líder da minoria vai além do regimento: é uma decisão política contra quem confronta o sistema.
- **Oposição sob cerco:** A seletividade na aplicação das regras mostra que a oposição só é tolerada se for domesticada e inofensiva.
- **Dissenso criminalizado:** A cassação e o veto revelam uma lógica de autodefesa do regime, que trata a oposição como ameaça interna e administra o dissenso pela exclusão.



Hugo Motta barra indicação de Eduardo Bolsonaro como líder da minoria e deputado pode ser cassado

- Decisão é tomada na sequência do endurecimento de sanções dos EUA contra Alexandre de Moraes
- Parecer afirma que filho de Bolsonaro sequer comunicou ausência do país à Câmara

